



ATA N.º 01/2018

REUNIÃO ORDINÁRIA DE TRÊS DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E DEZOITO

Aos três dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores:-----

Presidente: Nuno Miguel Caramujo Ribeiro Canta (PS)

Vereadores: Maria Clara de Oliveira da Silva (PS)

Carlos Jorge Antunes de Almeida (CDU)

Ricardo Manuel Nogueira Bernardes (PS)

Sara Cristina dos Santos Ferreira (PS)

Edgar José de Nobre Madeira (PSD)

Juleca Mamade Abibo (CDU)

Às quinze horas e cinco minutos, com a presença da Técnica Superior, Dora Cristina Pinto Carvalho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respetivos membros presentes.-----

Faltou o Senhor Vereador João Manuel Pereira Afonso (PSD), tendo informado que estaria ausente, e em sua substituição compareceu o Senhor Vereador Edgar José de Nobre Madeira (PSD).-----

Faltou a Senhora Vereadora Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU), tendo informado que estaria ausente, e em sua substituição compareceu a Senhora Vereadora Juleca Mamade Abibo (CDU).-----

Assim e constatada a existência de quórum o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, declarou aberto o período de-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, leu uma declaração intitulada “Mensagem para um Novo Ano”, cujo teor a seguir se transcreve:-----

“Senhoras e Senhores Vereadores,-----

O ano autárquico que agora começa é particularmente relevante para o Montijo. Quer na parte interna quer externamente. O nosso concelho tem a possibilidade de alcançar um conjunto de investimentos que nos projetarão como uma terra moderna, desenvolvida e justa.-----

Em primeiro lugar, destaco o fato do Montijo estar em condições de acolher um



dos maiores investimentos externos dos últimos anos, falo do novo aeroporto da região de Lisboa. Não foi fácil chegar até aqui. Mas nós nunca desistimos de lutar por concretizar uma ideia mobilizadora, um caminho claro e determinado para o futuro.-----

Este é um percurso que se iniciou com a Ponte Vasco da Gama, consolidou-se com um urbanismo de qualidade e que tem sido coerente nas políticas públicas seguidas. O Montijo modernizou a sua estrutura produtiva, melhorou o nível médio de vida da população e construiu muitas novas infraestruturas públicas na cultura, no desporto, no ambiente, nas águas, na educação, na inovação e no conhecimento.-----

Internamente vamos continuar o nosso investimento público estratégico com a execução do Portugal 2020. Investir na escola pública, como são exemplos o Centro Escolar de Pegões, o Centro Escolar do Afonsoeiro, a requalificação energética da Escola Luís de Camões e a ampliação da Escola Joaquim de Almeida.-----

Investir na modernização das infraestruturas desportivas municipais, através da promoção da mobilidade suave, da poupança energética e no combate às alterações climáticas, onde são exemplos a nova ciclovia do Ramal do Caminho-de-ferro e a requalificação do edifício das Piscinas Municipais.-----

Investir na cultura e na salvaguarda do património histórico do Montijo, como são exemplos a recuperação da Casa da Música Maestro Jorge Peixinho e a construção do novo Jardim do Sítio do Pocinho das Nascentes.-----

Investir na construção de uma cidade para as pessoas, com um espaço público de qualidade, como são exemplos a requalificação da Praça 1.º de Maio e a continuidade do Passeio do Cais.-----

Fazemos votos para que o ano que agora se inicia fique também marcado por nova visão mais tolerante e de mais proximidade entre todos.-----

O tempo que temos vivido tem sido fértil em manifestações de intolerância, conflitualidade e discriminações. É importante contribuir para conter estes fenómenos. A tolerância é um valor humanista que sempre caracterizou o nosso olhar sobre a sociedade. Só com tolerância se constrói uma sociedade mais aberta e plural.-----

Montijo precisa de todos.-----

Montijo tem razões fundadas para encarar com esperança o futuro. A nossa preocupação como Presidente da Câmara é assegurar que não percamos de vista o rumo essencial da nossa terra.-----

Dirijo uma palavra de bom ano a todos (as) Senhoras e Senhores Vereadores da Câmara, a todos os dirigentes do Município e a todos os trabalhadores



municipais. A todos os meus votos de felicidades pessoais, políticas e profissionais.-----

Quero ainda deixar uma palavra especial de agradecimento aos montijenses, pela confiança manifestada, desejando um bom ano e votos de felicidades e de sucessos.-----

Bom ano de 2018 para todos.”.-----

O Senhor Vereador Carlos Almeida, no uso da palavra, renovou os votos de Ano Novo reproduzidos na última sessão de câmara e disse que, relativamente à declaração proferida pelo Senhor Presidente, mais uma vez o Senhor Presidente coloca como motor de desenvolvimento do Montijo a questão do aeroporto, que terá leituras e discursos políticos que a seu tempo se verão. Considerou que o aeroporto do PS, é um terminal de aeroporto, argumentando que aeroporto é aquilo que comporta do ponto de vista da exigência da infraestrutura a nível nacional e internacional. Disse ainda que a questão fundamental é a defesa de algo que não nasce do ideário do PS a nível nacional, mas sim de uma capitulação que o governo do PSD/CDS-PP teve perante os interesses económicos e financeiros da empresa que se candidata à concessão da ANA, por 50 anos. Disse que colocar o desenvolvimento do Montijo a “reboque” do aeroporto, traz duas dificuldades acrescidas na sua fundamentação. A primeira, a ideia de que o terminal do aeroporto resulta da Ponte Vasco da Gama e do urbanismo de qualidade. Disse que é sabido que o PS, a nível local, teceu muitas resistências à ideia da construção de uma ponte e colocava a necessidade de ser discutida a ponte no Montijo ou no Barreiro e quanto ao urbanismo, lembrou que a atual Presidente da Assembleia Municipal de Montijo, numa entrevista a um órgão social, expressou a ideia de que o urbanismo no Montijo não tinha a qualidade que devia ter, posição que a CDU vinculou sobre a infraestruturação do urbanismo do território. Considerou mais complexo dizer que o aeroporto poderá trazer uma cidade mais moderna, desenvolvida e justa, salientando que poderá trazer mais desenvolvimento se não surgir à ideia de servir aos interesses económicos e financeiros de uma empresa estrangeira concessionária de uma área pública e a mais lucrativa do Estado Português, que não se vai mover no sentido de desenvolver o Montijo mas cumprir o desidrato fundamental do PS, da gestão política de Lisboa que quer mais turistas a passear na capital. Disse que a ideia de modernidade também não traz, que apenas pode trazer algum emprego na área da restauração. Concluiu, afirmando não saber em que poderá o aeroporto trazer justiça, considerando que o que traz justiça é a justa repartição da riqueza e não um “conjunto de aviões que sobrevoam, aterram e levantam num País”. Comungou dos desejos de nos próximos anos de mandato, sejam de boas oportunidades, com mais emprego,



justiça social, de retrocesso da política de desertificação do País e voltem a ser colocados perante o serviço público um conjunto de bens ao nível dos serviços, bancário, postal, das comunicações e dos transportes, mas sobretudo que a continuação desta política de reposição, da qualidade de vida que todos sem exceção merecem.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, referiu que os comentários do Senhor Vereador Carlos Almeida da CDU procuram uma perspetiva que não existe na declaração que acabou de proferir, nada acrescentam ao debate político, são argumentos feitos de ideias velhas e gastas e que, por isso, colocam a CDU do Montijo do lado errado da história. Afirmou que as palavras do Senhor Vereador revelam que não compreende nada do que é uma ideia de futuro, do que será o novo aeroporto do Montijo, do que é o desígnio do Concelho de Montijo e da Velha Aldeia Galega do Ribatejo construídos por gerações e gerações. Afirmou que o desenvolvimento do Montijo esteve sempre ligado aos transportes, recordando a importância da Mala-Posta, que durante quinhentos anos foi sinónimo de desenvolvimento. Disse que reforçar os transportes, com o novo aeroporto, é criar capacidade para produzir riqueza, para produzir emprego e para diminuir a dependência externa da terra. Concluiu que numa região com tantas fragilidades, o principal desafio do Montijo é atrair investimento, é criar empregos para todos.-----

O Senhor Vereador Edgar Madeira, no uso da palavra, desejou a todos os órgãos autárquicos, vereadores do executivo municipal, e em particular aos montijenses, um feliz ano de dois mil e dezoito com muita saúde, paz e projetos.-----

A Senhora Vereadora Maria Clara Silva, no uso da palavra, desejou a todos e a todas um bom ano de dois mil e dezoito e disse que assistimos a uma recuperação dos anos difíceis, onde foram reduzidas as funções principais do Estado, que fazem ter esperança e confiança no futuro, contudo considerou que não se consegue resolver, de um momento para o outro, o que ao longo dos anos foi sendo destruído. Afirmou que com o trabalho e empenho de todos conseguiremos alcançar os objetivos.-----

De seguida a Senhora Vereadora Maria Clara Silva, ainda no uso da palavra, leu uma declaração intitulada “Nota sobre o projeto “Vem Criar o teu Robot”, cujo teor a seguir se transcreve:-----

“O STAURAS - Gabinete para o Desenvolvimento Empreendedorismo e Inovação, no âmbito do CEDEL - Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Económico Local, desenvolveu com o apoio da AFPDM - Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo, um projeto pioneiro não só no nosso



concelho como nos concelhos vizinhos, intitulado “Vem Criar o teu Robot” que, decorreu na semana de 18 a 22 de dezembro de 2017, para crianças entre os 8 e os 9 anos de idade.-----

O projeto decorreu na AFPDM (Fablab Montijo) das 9h.00 às 17h.00, com pausas para lanche e almoço e, aliou ao convívio, a criatividade e a aprendizagem com duas vertentes técnicas de vanguarda, designadamente:-----

- Robótica, que decorreu nos períodos da manhã, onde os alunos aprenderam a programar e testar o seu próprio robot, com recurso aos micro.bit Starter kit.-
- Impressão 3D, que decorreu nos períodos da tarde, onde os alunos aprenderam a desenhar as peças, e posterior impressão em 3D, para dar corpo a cada robot por eles criado.-----

O encerramento do projeto ocorreu no passado dia 22 de dezembro, com a presença dos pais, encarregados de educação, familiares dos alunos, da Signatária, do Coordenador do STAURAS Dr. José Manuel Santos, e de toda a equipa técnica e formativa, onde cada aluno exemplificou e explicou aos presentes as várias etapas da aprendizagem e o resultado final de cada robot criado ao longo de toda a semana.-----

O sucesso deste projeto foi inequívoco, desde logo pelo preenchimento total das vagas disponíveis, pelo forte entusiasmo e vontade de aprender cada vez mais por parte dos alunos, aliado ao empenho dos formadores que dinamizaram toda a atividade. Acresce ainda salientar o entusiasmo manifestado pelos pais e encarregados de educação que, nos felicitaram pela ideia e pela forma como o projeto decorreu, e que muito contribuiu para a formação dos seus educandos, solicitando-nos que, continuemos em futuros momentos de pausa letiva com este projeto.-----

Atendendo ao entusiasmo manifestado por todos, irá ser antecipado o início do “Clube de Robótica” para o próximo mês de fevereiro, e o mesmo irá decorrer aos sábados no mesmo espaço ao longo o ano letivo.”.-----

A Senhora Vereadora Sara Ferreira, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e desejou um bom ano de dois mil e dezoito, passando de seguida a ler uma declaração cujo teor a seguir se transcreve:-----

“Desde o passado dia 25 de novembro, que a Câmara Municipal de Montijo, se encontra a desenvolver um conjunto de atividades e iniciativas que tiveram como objetivo assinalar as Comemorações de Natal e Final de Ano, com vista à dinamização cultural, social, económica e turística da cidade e do concelho.--

A programação terminará no próximo dia 6 de janeiro, com o Concerto de Reis, pelas 16h00, na Igreja da Nossa Senhora de Atalaia.-----

Várias foram as atividades que desenvolvemos, da música à animação infantil, da arte ao teatro, da animação de rua às tradições natalícias.-----



Destacamos os Concertos de grande qualidade nas Igrejas do Concelho, a Parada do Pai Natal e as atividades de Final de Ano, com particular relevância para o espetáculo de fogo-de-artifício.-----

Destacamos estes três momentos, por nos parecer, que os mesmos ilustram bem, a adesão da nossa população às políticas desenvolvidas pelo Executivo do Partido Socialista.-----

É, pois, com satisfação e sentido de responsabilidade, que verificamos um aumento significativo de participação da nossa comunidade nas atividades assinaladas.-----

Aproveitamos a oportunidade para dirigir uma palavra de agradecimento a todos aqueles que estiveram envolvidos nesta vasta programação e que conosco colaboraram, como seja o caso das Juntas de Freguesia, do movimento associativo e Instituições Particulares de solidariedade social.-----

Uma palavra de agradecimento aos trabalhadores da Câmara Municipal pelo seu empenho e dedicação.-----

É para nós, motivo de grande satisfação verificar o acolhimento da nossa comunidade à programação desenvolvida, com especial destaque ao momento que assinalou a entrada no Novo Ano, onde estiveram presentes várias centenas de cidadãos.-----

Cumprimos com os objetivos que nos propusemos alcançar, e fazemos saber, que iremos continuar a desenvolver a nossa ação, como sempre, com e para as pessoas.”.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, informou que esteve presente no 37.º aniversário do Clube Desportivo Cultural e Recreativo, Os Unidos, no Bairro da Liberdade, onde procedeu à inauguração da iluminação desportiva do Polidesportivo. Informou também que esteve presente na sessão solene do 104.º aniversário da Banda Democrática 2 de Janeiro, uma instituição centenária com grande prestígio na sociedade montijense. Destacou o elevado número de instituições centenárias do Montijo, como a Sociedade Filarmónica 1.º de Dezembro, o Clube Musical Alfred Keil, a Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense, a União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo, as Misericórdias de Montijo e Canha, todas elas expressão da vontade, da solidariedade e do desenvolvimento cívico característicos do povo montijense. Por fim, saudou todos os trabalhadores e associações envolvidos no sucesso das festividades de final de ano, e sublinhou a satisfação, a alegria, e o júbilo da população que assistiu ao fogo-de-artifício na Passagem do Ano no Montijo.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, deu conhecimento dos Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe



foram delegadas, relativamente ao pelouro de que é titular, no período compreendido entre 04 de dezembro e 15 de dezembro de 2017: Licenças Administrativas: 3, e no período compreendido entre 18 de dezembro e 29 de dezembro de 2017: Licenças Administrativas: 2; Informações Prévias: 2; Loteamentos: 4.-----

----- ORDEM DO DIA -----

I - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA-----

1- PROPOSTA N.º 80/2018 - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO REFERENTE AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME DE MERCADO LIVRE - LOTES 1, 2 E 3, NOS TERMOS DO ACORDO QUADRO 03CI/2014 DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA.-----

No dia 07 de junho de 2017, por deliberação do Executivo Municipal titulada pela Proposta n.º 1456/2017, foi aprovado a abertura de procedimento para celebração de contrato de fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre - Lotes 1, 2 e 3, nos termos do Acordo Quadro 03CI/2014 da Área Metropolitana de Lisboa.-----

Por deliberação do Executivo Municipal de 22 de novembro de 2017, titulada pela Proposta n.º 48/2017, a aquisição do serviço mencionado no parágrafo anterior, foi adjudicada à firma EDP Comercial - Comercialização de Energia S.A. os lotes 1, 2 e 3, pelo valor global de € 995.991,87 (novecentos noventa cinco mil novecentos noventa e um euros e oitenta sete cêntimos) + IVA.-----

CONSIDERANDO QUE-----

1. Nos termos dos artigos 88.º e 89.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, foram prestadas cauções pela firma adjudicatária no valor de 5% (lote 1) e 10% (lotes 2 e 3) do preço contratual, através de Seguros Caução, emitidos em 11 de dezembro de 2017, pela Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.;-----

2. Atento o valor do procedimento concursal, a competência para a aprovação da minuta do contrato de “Fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre - lotes 1, 2 e 3, nos termos do acordo quadro 03CI/2014 da Área Metropolitana de Lisboa” é do órgão executivo, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e para os efeitos do disposto no artigo 98.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;-----

PROPÕE-SE que o Executivo Municipal delibere:-----

APROVAR a minuta do contrato de “Fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre - lotes 1, 2 e 3, nos termos do acordo quadro 03CI/2014 da Área Metropolitana de Lisboa” a celebrar entre o Município do Montijo e a



empresa EDP Comercial - Comercialização de Energia S.A., lotes 1, 2 e 3, pelo valor global de € 995.991,87 (novecentos e noventa cinco mil novecentos e noventa e um euros e oitenta e sete cêntimos) + IVA, minuta essa que se junta e se dá por integralmente reproduzida.-----

A classificação orçamental da dotação por onde a mesma será satisfeita é a seguinte: classificação orgânica: 04; classificação económica: 020201, com a Informação de Compromisso número 2017/2818.-----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Ricardo Bernardes)-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado com quatro votos a favor do PS e três abstenções, duas da CDU e uma do PSD.-----

II - DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL-----

1- PROPOSTA N.º 81/2018 - CONSTITUIÇÃO DE FUNDO MANEIO.-----

Considerando:-----

O disposto no ponto 2.9.10.1.11 do DL 54 - A/99 de 22 de fevereiro, na redação do DL 315/2000 de 2 de dezembro e na alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei 5 - A/2002 de 11 de janeiro, o Executivo Municipal aprovou, na sua reunião de 31 de julho de 2002 o Regulamento de Constituição e Regularização de Fundos de Maneio.-----

A necessidade de recurso a fundo de maneio para fazer face a pequenas despesas urgentes e inadiáveis.-----

O disposto nos artigos 1.º, 9.º e 10.º do Regulamento de Constituição e Regularização de Fundos de Maneio, conjugados com a alínea j) do n.º 1 do art.º 35.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----

PROPÕE-SE:-----

Que o Executivo Municipal delibere favoravelmente a Constituição do fundo de maneio nas condições a seguir propostas:-----

Cl. Económica/ Montante	Unidade Orgânica	Responsável	Substituto Legal
0201 - Aquisição de bens - 300€	Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial	Coordenadora Técnica - Maria Ana dos Reis Canhestro Grilo	Assistente Técnica - Paula Cristina Ramalho
0202 - Aquisição de serviços - 200€			

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Maria Clara Silva)-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade-----



III - DIVISÃO DE PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO-----

1- PROPOSTA N.º 82/2018 - CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO.-----

Considerando:-----

O disposto no ponto 2.9.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na redação do Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro (POCAL) e na alínea e), do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Executivo Municipal aprovou na reunião de 22 de maio de 2002 o Regulamento do Sistema de Controlo Interno.-----

O disposto no ponto 2.9.10.1.11 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na redação do Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro (POCAL) e na alínea e), do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Executivo Municipal aprovou, na sua reunião de 31 de julho de 2002 o Regulamento de Constituição e Regularização de Fundos de Maneio.-----

A necessidade de recurso a fundo de maneio para fazer face a pequenas despesas urgentes e inadiáveis.-----

O disposto nos artigos 1.º, 9.º e 10.º do Regulamento de Constituição e Regularização de Fundos de Maneio, conjugados com a alínea j), do n.º 1 do artigo 35.º e alínea i), do n.º 1 do artigo 33.º. ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

PROPONHO: Que o Executivo Municipal delibere favoravelmente a constituição de Fundo de Maneio, nas condições a seguir propostas:-----

Cl. Económica/Montante	Unidade Orgânica	Responsável	Substituto Legal
0201 - Aquisição de bens - 50,00 €	DPTU	Maria de Fátima Fonseca Curraleira Fidalgo - Assistente Técnica	Isabel Maria da Silva Gameiro Ribeiro - Coordenadora Técnica

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal)-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade-----

IV - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

1- PROPOSTA N.º 83/2018 - EXUMAÇÃO DE SEPULTURAS TEMPORÁRIAS NO CEMITÉRIO MUNICIPAL PINHAL DO FIDALGO.-----

Considerando que:-----

- Uma adequada gestão do espaço cemiterial, necessariamente limitado, exige que os prazos de inumação temporária sejam ciclicamente verificados, de modo a verificar se existem condições físicas que permitam a nova ocupação dos



espaços das sepulturas;-----

- Nos cemitérios municipais a gestão adequada a sua atuação às medidas legais e regulamentares que permitem o cumprimento dos prazos e a correta ocupação do espaço;-----

- O Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, com última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de outubro, bem como o Regulamento dos Cemitérios Municipais do Município do Montijo, preveem a possibilidade de exumação, decorridos três anos do prazo mínimo sobre a data da inumação;--A informação do responsável pelo Setor de Cemitérios registo n.º 11968/2017, que anexa uma listagem das sepulturas do Talhão 1 do Cemitério Pinhal do Fidalgo, documento que aqui se dá como integralmente reproduzido;-----

- Que nos termos do art.º 33.º do Regulamento dos Cemitérios é da competência da Câmara proceder à exumação passados 3 (três) anos sobre a data da inumação, o que é o caso.-----

PROPONHO: que o Executivo Municipal delibere:-----

1. Determinar a exumação das sepulturas temporárias constantes na listagem anexa, cujo prazo mínimo de inumação já se encontra decorrido;-----

2. Que seja publicado o respetivo edital que se anexa e se dá por integralmente reproduzido de forma a tornar pública a deliberação da Câmara Municipal.-----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal)-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade-----

2- PROPOSTA N.º 84/2018 - CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO.-----

Considerando que:-----

O disposto no ponto 2.9.3. do DL 54 - A/99 de 22 de fevereiro, na redação do DL 315/2000 de 2 de dezembro (POCAL) e na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da lei 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei 5 - A/2002 de 11 de janeiro, o Executivo Municipal aprovou na reunião de 22 de maio de 2002 o regulamento do sistema de controlo interno.-----

O disposto no ponto 2.9.10.1.11 do DL 54 - A/99 de 22 de fevereiro, na redação do DL 315/2000 de 2 de dezembro e na alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º da lei 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei 5 - A/2002 de 11 de janeiro, o Executivo Municipal aprovou, na sua reunião de 31 de julho de 2002 o Regulamento de Constituição e Regularização de Fundos de Maneio.-----

A necessidade de recurso a fundo de maneiio para fazer face a pequenas despesas urgentes e inadiáveis.-----

O disposto nos artigos 1.º, 9.º e 10.º do Regulamento de Constituição e Regularização de Fundos de Maneio, conjugados com a alínea j) do n.º 1 do art.º



35.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----

Proponho:-----

Que o Executivo Municipal delibere favoravelmente a Constituição do Fundo de Maneio nas condições a seguir propostas:-----

Cl. Económica/Montante	Unidade Orgânica	Responsável	Substituto Legal
0201 - Aquisição de bens - 150€	DOSUA	Armando Moura - Fiscal Municipal	Carlos Manuel Silva Ferreira - Assistente Técnico

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Sara Ferreira)-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade-----

Pelas quinze horas e cinquenta minutos, terminou o período da ordem do dia.-

Pelas dezoito horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, declarou aberto o período de-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O senhor munícipe Rui Aleixo, iniciou a sua intervenção considerando que, após dez anos sobre a inauguração das obras de requalificação de “uma pequena parte” da zona ribeirinha, pode ser visto “aquilo em que se tornou” o local, colocando de seguida as seguintes questões: qual o destino do elemento de ancoragem dos navios designado como “o sarilho”, que pertencia ao cais e que não foi recolocada após a recuperação; se está previsto, e quando, um novo projeto de iluminação da zona ribeirinha que repare aquilo que foi destruído ou que repare, substituindo de maneira que seja mais impermeável ao vandalismo; se está prevista e quando, a substituição dos candeeiros verticais em cimento do cais dos vapores que se encontram em visível estado de degradação; se está prevista alguma manutenção das árvores e da sua iluminação no solo, nomeadamente os pinheiros em crescimento que vieram substituir as palmeiras, considerando que deixaram morrer por causa da praga do escaravelho vermelho, bem como os pinheiros é uma espécie que não respeita a memória do local. Alertou para que os pinheiros começam a estar inclinados pela ação do vento em virtude da falta de alguns suportes. Questionou ainda sobre se está previsto algum sistema que permita tornar o Cais dos Pescadores navegável ou se existe ou está previsto algum plano para a dragagem que permita que o cais venha a ser utilizado em toda a sua plenitude; se está previsto, neste mandato, uma solução para a antiga estação fluvial, afirmando que tem que haver vontade



política para resolver o que considerou “degradante” e numa “zona cinzenta”. Disse que em 2005, uma das promessas do PS era a da criação de um Centro de Ciência Viva que seria instalado onde se encontram atualmente a sede da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, sugerindo a implementação na zona ribeirinha do Centro de Ciência Viva demonstrativo com vários princípios científicos, que considerou um investimento reduzido, dinamizador e de atração para as escolas, subentendendo associado a este investimento uma estratégia de manutenção. Disse que durante a campanha eleitoral o PS “repscrou” duas promessas, uma piscina de água salgada, questionando para quando e sobre qual a razão de ser da água salgada, e a outra promessa, os passadiços sobre as salinas, dizendo ter entendido que estes investimentos estão ligados ao caderno de encargos da ANA-Aeroportos, questionando ainda sobre o ponto de situação e início dos referidos investimento e se estão dependentes da ANA-Aeroportos. Terminou, dizendo que, em relação a uma declaração sobre as cheias no Montijo na última reunião de câmara, o Senhor Presidente havia afirmado que sempre falou que havia minimizado as cheias, e considerou que resolver e minimizar são situações distintas, distribuindo pelos membros do executivo municipal cópia de um artigo do Jornal Rostos de vinte de janeiro do ano de dois mil e dez intitulado “Resolvemos as cheias nos Pescadores”.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Nuno Ribeiro Canta, começou por esclarecer que as respostas às perguntas do senhor munícipe Rui Aleixo têm dois objetivos, informar o que foi feito e clarificar algumas afirmações que considera incorretas, para cada um dos pontos questionados. Afirmou que discorda da ideia geral apresentada de que o executivo socialista nada fez pela frente ribeirinha do Montijo. Disse que embora alguns, cada vez menos, queiram passar uma ideia de falta de preocupação e de ação na frente ribeirinha, isso não corresponde à verdade dos factos e às obras que os autarcas socialistas desenvolveram no local, em que o exemplo maior foi a intervenção inaugurada em 2007. Referiu que a primeira incorreção da intervenção do senhor munícipe Rui Aleixo é considerar que as intervenções municipais são muito pequenas, que não abrangem toda a frente ribeirinha. Esclareceu que as áreas da frente ribeirinha não são públicas, e aquelas que são do domínio municipal foram intervencionadas. Quanto à base do guindaste que existia junto ao Cais de Aldegalega, referiu que não se pode considerar um elemento patrimonial do mesmo, porque a sua instalação provavelmente foi durante o período de industrialização e, considerando os textos históricos conhecidos, os elementos originais do Cais se foram todos mantidos. Contudo, informou que o mesmo era propriedade da APL, que lhe deu destino. No que se refere à



iluminação pública da frente ribeirinha, referiu que a mesma foi alvo de atos de vandalismo, apesar do Município de Montijo ter realizado obras de manutenção da mesma, pelo menos em duas vezes nos últimos dez anos. No último mandato, disse, foi tomada a decisão de substituir a iluminação rasteira, muito vandalizada e destruída, por outra vertical cujo concurso público está em desenvolvimento e ainda, que a iluminação do parque de estacionamento é responsabilidade da EDP e que os postes de iluminação vão ser substituídos por novos com luz LED. Referiu que a mesma solução será opção para as traseiras do Edifício do antigo “Bingo”, onde se prevê a continuidade do passeio do cais e de novos estacionamentos, no âmbito do Portugal 2020 e conforme previsto no PEDU. Referiu ainda que a iluminação pública decorativa das antigas palmeiras do Cais dos Vapores será redirecionada para os pinheiros mansos, recentemente plantados no local, bem como a reposição dos tutores. A este respeito, afirmou que discorda da ideia apresentada pelo senhor munícipe Rui Aleixo, onde afirma que o pinheiro manso não é uma árvore adequada ao local. Também disse discordar quando afirma que a autarquia deixou morrer as palmeiras, disse que não era possível salvar os exemplares afetados pela praga do escaravelho vermelho em toda a cidade e freguesias, por isso salvou-se as palmeiras que podiam ser salvas. Quanto às dragagens do rio, referiu que são da responsabilidade da APL e que a Câmara Municipal de Montijo tem apelado para uma manutenção regular das calas de navegação, incluindo o acesso ao novo Cais dos Pescadores, e para o qual o Município participou financeiramente na obra e no projeto. Informou que o Edifício degradado da antiga estação da Transtejo, no Cais dos Vapores, é propriedade da APL e não está em nenhuma zona cinzenta. A Câmara Municipal, disse, tem nos últimos anos procurado assumir a gestão do imóvel, através de um protocolo com a APL. Informou que o processo avançou muito no último ano, e que conta apresentar um protocolo de cedência para decisão da Câmara, durante o corrente ano. No que se refere ao Centro de Ciência Viva, disse não ter memória do mesmo ter sido ou não proposto para o Pátio d’ Água, o que se recorda foi que os autarcas socialistas sempre preconizaram a utilização do edifício para uma presidência, e como a presidência da Câmara está localizada nos Paços do Concelho, decidiu-se atribuir o edifício da Casa do Pátio d’ Água à presidência da Junta de Freguesia, e bem. No entanto, disse que a ideia de um espaço de divulgação dos conceitos científicos existentes na frente ribeirinha não desapareceu e poderá vir a ser construída num espaço definido na ORU no Largo dos Pescadores. Em tempos, disse, propôs-se uma praia fluvial, mas essa ideia foi abandonada e substituída por um investimento em piscinas de lazer de água salgada, utilizando a água do rio, que neste momento é ainda um conceito a necessitar de um projeto de



execução, esclarecendo que este projeto nunca esteve inscrito no caderno de encargos apresentado à ANA-Aeroportos. Quanto aos passadiços em madeira, esses sim, inscritos no caderno de encargos com a ANA-Aeroportos, referiu que nada indica que não sejam construídos durante as obras do novo aeroporto do Montijo. Informou que existe um anteprojecto de localização da infraestrutura nos muros das salinas, em particular naquele que são do domínio público marítimo, e que atualmente estão em desenvolvimento os projetos de execução pelos promotores do investimento. Para além dos passadiços, referiu que está prevista a construção da circular externa, da Avenida do Seixalinho com rotundas e ciclovia, e um novo acesso à Ponte Vasco da Gama. Por fim, quanto ao documento apresentado pelo senhor munícipe Rui Aleixo, que tenta contrariar aquilo que foi afirmado na reunião, referiu que mantém o que disse e o título do Jornal Rostos de vinte de janeiro do ano de dois mil e dez. Recordou que as suas palavras escritas e da última reunião são as mesmas, resolver e minimizar e não aquela que o senhor munícipe Rui Aleixo referiu que foi, recordou, acabar com as cheias. Concluiu dizendo que procura sempre nas respostas a todos os munícipes informar com honestidade intelectual e boa-fé, e que espera o mesmo comportamento de todos os cidadãos que questionam a Câmara e o Presidente da Câmara.-----

Não tendo existido mais intervenções do público presente, deu-se por terminado o período de intervenção do público.-----

O texto das deliberações (propostas) foram aprovadas em minuta, nos termos da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2017, titulada pela Proposta n.º 02/2017, tendo para o efeito sido assinadas pelo Senhor Presidente da Câmara e por quem as lavrou.-----

E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezoito horas e cinquenta e três minutos, da qual se lavrou a presente ata.-----

E eu, *Dolrishva Pinta Bonalua*, Técnica Superior da Divisão de Administração Organizacional, a escrevi e assino.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal,-----

----- Nuno Ribeiro Canta -----

A presente ata foi elaborado em conformidade com o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa já em vigor.